



Número: **0806245-44.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **23/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANA KARLA SULINO DA SILVA (AUTOR)		JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO) ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28965 162	10/03/2020 16:31	Termo de Audiência	Termo de Audiência

PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA
TERMO DE AUDIÊNCIA

DATA: 10 de março de 2020, 16:27:24

PROCESSO NÚMERO - 0806245-44.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: ANA KARLA SULINO DA SILVA

Advogada do autor: Maria Cinthia Grilo da Silva – OAB/PB 17.295

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Preposto: Suério Moreira Torres

Advogados: Bruno Roberto Aranha Fernandes – OAB/PB 17.263; Augusto César Araújo Lima – OAB/PB 20.863; Diego de Souza Augusto – OAB/PB 19.731

Aberta a audiência, submetida a parte autora à perícia médica, conforme laudo que segue, não chegaram as partes a acordo. A parte autora concordou expressamente com o laudo pericial, afirmando que já foi pago valor na esfera administrativa, e que o valor remanescente a ser recebido pelo autor é de R\$ 675,00. A parte ré, por sua vez, embora inexistia discrepância entre o laudo do perito judicial e o do assistente técnico, requereu prazo para se pronunciar sobre a avaliação médica. Objetivando evitar futura alegação de nulidade por cerceamento de defesa, concedo o prazo de 05 (cinco) dias para que a seguradora ré se pronuncie sobre o laudo. Decorrido o prazo, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. E, nada mais havendo a tratar, mandou a MM. Juíza encerrar este termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado digitalmente.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

